



MEIO AMBIENTE/ Proposta para revisar a lei sobre pesquisa científica e exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos gera conflitos entre ambientalistas, índios e farmacêuticas. Texto, aprovado pela Câmara, tramitará em regime de urgência no Senado

Entidades criticam marco da biodiversidade

» MARCELLA FERNANDES

O projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados para regulamentar o acesso a recursos naturais brasileiros tem colocado em polos opostos farmacêuticas, ambientalistas, comunidades tradicionais e povos indígenas. Para um lado, a proposta facilita a pesquisa e o desenvolvimento de medicamentos e cosméticos. Para o outro, ameaça direitos garantidos internacionalmente, como a Convenção da Biodiversidade. O mercado de fitoterápicos, principal favorecido, movimentou R\$ 964 milhões em 2013. O texto prevê ainda o perdão de multas de atos de biopirataria.

Uma das principais alterações é no acesso para explorar a biodiversidade. Antes, era preciso submeter uma documentação ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) e aguardar a aprovação. Agora, será necessário apenas um cadastro autodeclaratório por parte das empresas e instituições de pesquisa. Em troca, será repassada de 0,1% a 1% da receita líquida anual obtida com o produto criado a partir de patrimônio genético, como um sabonete feito com açaí, por exemplo. O dinheiro será destinado a um fundo nacional gerido pelo Estado. Quando o produto for criado a partir do conhecimento de comunidades tradicionais ou povos indígenas, as negociações serão feitas caso a caso, diretamente entre os envolvidos.

Até 2014, foram emitidas 1.712 autorizações de acesso e 138 instrumentos de repartição de benefícios pelo CGen em percentual dos lucros, valores pré-fixados ou projetos. De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a diferença se deve ao fato de a grande maioria dos casos estar "na fase de pesquisa ou de bioprospecção, não havendo ainda a repartição de benefícios, que é exigida quando na comercialização dos produtos resultantes".

Discussão antiga

As novas regras substituem uma medida provisória de 2001, criada após episódios de biopirataria com grande repercussão, como o caso da organização Bioamazonia com a farmacêutica Novartis Pharma AG, da Suíça. Após diversas críticas de ambientalistas, o negócio não foi fechado. As normas criadas naquele momento foram consideradas excessivamente burocráticas por empresas e pelo próprio Executivo. Desde então, o MMA tem discutido mudanças com o empresariado, representado pelo Grupo FarmaBrasil (GFB) em nome de laboratórios farmacêuticos. Entidades de pesquisa também participaram da elaboração do texto enviado pelo Executivo ao Congresso em junho de 2014, sob regime de urgência.

"O objetivo primário era a mudança da MP em face da burocracia para desenvolvimento da pesquisa", afirma Adriana Diaféria, diretora executiva adjunta do GFB. Ainda não há estimativas do impacto das alterações, mas a perspectiva tanto do setor quanto do

Afonso Rabelo/Divulgação



Uma das principais mudanças é o acesso para explorar a biodiversidade: ficará mais simples produzir um sabonete de açaí, por exemplo

Saiba mais

Isenção para o agronegócio

As novas regras limitam a repartição de benefícios de produtos a espécies brasileiras. Ficam de fora da cobrança pesquisas com variedades de outros países que são o foco do agronegócio, como a soja, a cana de açúcar e o café. A brecha não estava prevista no texto do MMA e foi adicionada na Câmara, por pressão da bancada ruralista. No caso de plantas locais adaptadas para a atividade agrícola, não será necessária a autorização da comunidade que cria ou desenvolve a variedade, por considerar que a origem do conhecimento não é identificável. De acordo com ambientalistas, a isenção fere o Protocolo de Nagoya, acordo internacional ainda não ratificado pelo Brasil, mas em vigor desde outubro do ano passado. Além disso, a fiscalização para esse setor não ficará a cargo do Ibama e sim do Ministério da Agricultura (Mapa). O MMA quer alterar o texto para manter o Ibama como regulador.

Conjunto de polêmicas

Confira os pontos controversos da proposta sobre patrimônio genético

Participação

» As comunidades tradicionais, indígenas e pequenos agricultores tiveram participação quase nula na elaboração e tramitação das novas regras. A Convenção da Biodiversidade e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, das quais o Brasil é signatário, obrigam o país a garantir a participação direta desses grupos.

Elemento principal

» A compensação só será aplicada para produtos em que o patrimônio genético ou o conhecimento tradicional for considerado o elemento principal de agregação de valor. A definição, considerada subjetiva, ficará a cargo das empresas.

Isenções

» Micro e pequenas empresas ficam fora do sistema de partilha de benefícios gerados por produtos comerciais. Além disso, as compensações só serão pagas no caso de produtos finais. Tais restrições poderão ter impacto significativo nas arrecadações.

Compensações não monetárias

» As repartições podem não ser financeiras, como incentivos a projetos de conservação ambiental. Esse tipo de arrecadação é considerada mais difícil de ser fiscalizada e algumas seriam de interesse exclusivo das empresas, como a transferência de tecnologia.

Lista

» Seis ministérios, entre eles MMA e Mapa, serão responsáveis por elaborar uma lista dos produtos sobre os quais incidirá a repartição de benefícios. A legislação não deixa claro os critérios para produção e atualização da lista. Ambientalistas acreditam que haverá espaço para pressões setoriais visando à isenção de produtos.

Multas

» O projeto de lei prevê a redução em até 90% do valor de multas decorrentes de irregularidades referentes ao patrimônio genético cometidas até a entrada em vigor, mediante um termo de compromisso da entidade. O MMA defende que esse é um incentivo para regularizar diversos casos e evitar a judicialização.

governo é de grande potencial de crescimento. Os R\$ 964 milhões movimentados pelos fitoterápicos em 2013 correspondem a menos de 2% dos R\$ 58 bilhões movimentados pela indústria farmacêutica no mesmo ano, o que evidencia o potencial de expansão.

De acordo com Adriana, outro entrave era a quantidade de multas geradas por "divergências de interpretações". Desde 2005, quando entrou em vigor um decreto regulamentando as sanções, foram aplicados 1.299 autos de infrações, no valor total de R\$ 410,38 milhões, contudo apenas pouco mais de 10% das multas foram quitadas. O texto aprovado na Câmara prevê o perdão para infrações cometidas até a mudança das regras. O valor poderá ser reduzido em até 90%. O MMA defende que este é um incentivo para que as entidades se adequem ao sistema. "Nós estamos criando um cenário onde vai interessar às empresas e aos pesquisadores regularizar a situação", afirma Francisco Gaetani, secretário executivo da pasta.

Negociações assimétricas

Comunidades tradicionais, povos indígenas e agricultores familiares reclamam que não participaram da elaboração e da tramitação das novas regras. "Nenhum dos povos indígenas em momento algum foi ouvido", afirma Sônia Guajajara, coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Na sexta-feira, 80 entidades entregaram ao MMA um documento com 17 pontos contrários à proposta.

"O resultado desse processo em que imperou o lobby da indústria foi um projeto em que há um evidente desequilíbrio", afirma Mauricio Guetta, do Instituto Socioambiental. Ele alerta ainda para limitações às repartições de benefícios que, na prática, podem tornar os repasses "exceção e não regra". O MMA admite que a participação dessas entidades poderia ter sido mais efetiva e que o regime de urgência limitou os debates. "Isso prejudicou muito a contribuição dos movimentos sociais", reconhece Gaetani.

O texto da Câmara seguiu para o Senado e tramitará em regime de urgência. Na última quarta-feira, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, pediu agilidade nas discussões. O senador João Capiberibe (PSB-AP) solicitou que fosse apensado um projeto de lei similar de sua relatoria, considerado mais adequado por ambientalistas e entidades indígenas. "O que não é possível é aprovar da forma como veio da Câmara, com tantas lacunas", diz Capiberibe.

A Funai recomendou que sejam feitas alterações no texto por considerar que ele ameaça direitos indígenas. Para o deputado Alceu Moreira (PMDB/RS), relator do projeto, é natural que um setor se sinta menos privilegiado. Ele espera que os parlamentares tenham "celeridade para permitir que o marco regulador que vai gerar milhares em renda e em emprego não fique preso a fundamentalismos ideológicos".

A Vida é Mais Feliz Assim!

- Disfunção Erétil
- Impotência Sexual
- Ejaculação Precoce
- Falta de desejo

Saiba qual é o seu problema e o que precisa fazer para se recuperar.

Retome sua alegria de uma vida sexual saudável e tenha mais felicidade e prazer!

Lifemen®
Saúde Sexual Masculina

Diretor Médico Dr. Emílio Sebe Filho CRM 21362/DF

Mais Informações: **3003-0404**
www.lifemen.com.br

11 UNIDADES LIFEMEN EM DF | RJ | SP | PR | MG | BA | CE

>> DEU NO www.correiobraziliense.com.br

Juiz nega liminar contra "bolsa esposa"

O ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki negou liminar para suspender o fornecimento de passagens aéreas para cônjuges dos deputados federais. Ele pediu informações ao Congresso sobre a decisão. O pedido de liminar é do líder do PSDB na Câmara, Carlos Sampaio (SP). A partir da próxima terça-feira, a ONG Avaaz promoverá um "telefone" contra o benefício. As ligações serão destinadas à Presidência da Casa. A ONG ainda promete colocar o nome dos deputados que aprovaram a medida em painéis pelas principais cidades do país.

Relíquias do século XVI encontradas no Rio

Arqueólogos que trabalham nas obras de revitalização do centro do Rio de Janeiro encontraram estruturas remanescentes do fim do século XVI, sob edificações mais novas. Elas estavam em um terreno de 800m². Além de cachimbos nativos, louças, cerâmicas e outros materiais de uso cotidiano, arqueólogos encontraram estruturas das estacas que ergueram as casas mais antigas, possivelmente de 1580. "Os achados ajudam a entender o Rio e o que ele significa", disse a pesquisadora Jeanne Cordeiro, do Laboratório de Arqueologia Brasileira.

Para saber mais sobre essas notícias, acesse www.correiobraziliense.com.br

Protesto pela legalização do aborto no ABC paulista

Cerca de 40 pessoas protestaram em frente ao Hospital São Bernardo, em São Bernardo do Campo (SP), a favor da legalização do aborto. Uma jovem de 19 anos foi presa em flagrante no estabelecimento, há 10 dias, depois de ser atendida com estado de saúde debilitado em decorrência de um aborto feito horas antes. Na sexta-feira, os manifestantes estenderam faixas, levantaram cartazes e declamaram poesias. "Chega de mortes por aborto clandestino, aborto legal já" e "Estado laico é uma mentira" e eram algumas das frases estampadas. A manifestação foi acompanhada por policiais.